

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.410 - SP (2019/0167754-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE OSASCO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE
CARAPICUÍBA - SP
INTERES. : PRISCILA MARTINEZ
ADVOGADOS : FABRICIO MEDEIROS DE AGUIAR - SP391554
FLAVIO CUNHA GALVES - SP366470
LUCIENE PEREIRA VIEIRA - SP367744
INTERES. : ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado no bojo de ação ordinária ajuizada por Priscila Martinez em face da Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu - UNIG e do Centro de Ensino Aldeia de Carapicuiiba Ltda., a entregar-lhe o diploma do curso superior, bem como a pagar indenização por danos materiais.

A ação foi ajuizada perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Carapicuíba/SP, que se deu por incompetente e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal, por vislumbrar interesse da União na causa.

A seu turno, o Juízo Federal da 1ª Vara de Osasco - Seção Judiciária de São Paulo suscitou o presente conflito, assentando que nenhuma das pessoas de que trata o art. 109, I, da CF/88 integra a lide, o que afasta a competência da Justiça Federal.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Conheço do conflito, porquanto suscitado entre juízos vinculados a Tribunais diversos (art. 105, I, *d*, da CF/88).

Pois bem, nos termos da jurisprudência desta Corte, nas causas que envolvam instituições de ensino superior, a União possui interesse (o que enseja a competência da Justiça Federal) quando se tratar de: (I) registro de diploma perante o órgão público competente (inclusive credenciamento junto ao MEC); ou (II) mandado de segurança. Por outro lado, não há falar em interesse da União nas lides (salvo mandados de segurança) que digam respeito a questões privadas concernentes ao contrato de prestação de serviço firmado entre essas instituições e seus alunos (essas causas,

portanto, devem ser processadas e julgadas pela Justiça Estadual). Leia-se, a propósito, a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. REGISTRO DE DIPLOMAS CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INTERESSE DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. O acórdão recorrido abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, razão pela qual é de se rejeitar a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC suscitada pela parte recorrente.

2. No mérito, a controvérsia do presente recurso especial está limitada à discussão, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a competência para o julgamento de demandas referentes à existência de obstáculo à obtenção do diploma após a conclusão de curso de ensino a distância, por causa da ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação.

3. Nos termos da jurisprudência já firmada pela 1ª Seção deste Sodalício, em se tratando da competência para processar e julgar demandas que envolvam instituições de ensino superior particular, é possível extrair as seguintes orientações, quais sejam: (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como, por exemplo, inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, a competência, via de regra, é da Justiça Estadual; e, (b) ao revés, sendo mandado de segurança ou referindo-se ao registro de diploma perante o órgão público competente - ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC) - não há como negar a existência de interesse da União Federal no presente feito, razão pela qual, nos termos do art. 109 da Constituição Federal, a competência para processamento do feito será da Justiça Federal.

Precedentes.

4. Essa conclusão também se aplica aos casos de ensino à distância, em que não é possível a expedição de diploma ao estudante em face da ausência de credenciamento da instituição junto ao MEC. Isso porque, nos termos dos arts. 9º e 80, § 1º, ambos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o credenciamento pela União é condição indispensável para a oferta de programas de educação à distância por instituições especificamente habilitadas para tanto.

5. Destaca-se, ainda, que a própria União - por intermédio de seu Ministério da Educação (MEC) - editou o Decreto 5.622, em 19 de dezembro de 2005, o qual regulamentou as condições de credenciamento, dos cursos de educação à distância, cuja fiscalização fica a cargo da recém criada Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do referido órgão ministerial.

6. Com base nestas considerações, em se tratando de demanda em que se discute a ausência/obstáculo de credenciamento da instituição de ensino superior pelo Ministério da Educação como condição de expedição de diploma aos estudantes, é inegável a presença de interesse jurídico da União, razão pela qual deve a competência ser atribuída à Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, dentre outros precedentes desta Corte, a conclusão do Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 698440 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 18/09/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-193 DIVULG 01-10- 2012 PUBLIC 02-10-2012.

7. Portanto, CONHEÇO do RECURSO ESPECIAL interposto pelo ESTADO DO PARANÁ e CONHEÇO PARCIALMENTE do RECURSO ESPECIAL interposto pela parte particular para, na parte conhecida, DAR PROVIMENTO a ambas as insurgências a fim de reconhecer a competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda. Prejudicada a análise das demais questões. Recursos sujeitos ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

(REsp 1344771/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/4/2013, REPDJe 29/8/2013, DJe 2/8/2013)

No presente caso, a autora da subjacente ação chega a afirmar que o registro de seu diploma - que veio a ser cancelado - foi feito "*em absoluta harmonia com a legalidade*" (fl. 14). Aduz que "*não pode sofrer no presente as consequências da má atuação do Poder Público, que concedeu autorização de funcionamento a instituição de ensino superior de qualidade duvidosa, sem a devida fiscalização e intervenção, em detrimento daquele que se valeu por anos de seus serviços educacionais*" (fl. 14). Pede, ao final, a entrega do seu diploma, devidamente registrado.

Nesse contexto, há interesse jurídico da União e, em consequência, a competência para processar e julgar a demanda é da Justiça Federal.

ANTE O EXPOSTO, conheço do conflito e declaro competente o **Juízo**

Federal da 1ª Vara de Osasco - Seção Judiciária de São Paulo (suscitante).

Dê-se ciência aos juízos envolvidos.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

